



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 162ª reunião, realizada em 17 de dezembro de 2014**

1 Em 17 de dezembro de 2014, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política  
2 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
4 conselheiros titulares e suplentes: o presidente Alceu José Torres Marques / Danilo Vieira  
5 Júnior – da SEMAD; Paulo Afonso Romano, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
6 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Fernando Antônio Freire Vieira / André Luiz de  
7 Castro Ferreira, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Inês Tourino Teixeira, da  
8 Secretaria de Estado de Educação; Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria de Estado de  
9 Planejamento e Gestão (Seplag); Adriana Machado Rodrigues Cardoso, da Secretaria de  
10 Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria  
11 de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru);  
12 Samir Moysés, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e do  
13 Nordeste de Minas Gerais (Sednor); Armando Leonardo Linhares Araújo Ferreira Silva /  
14 Gibran Conde Guedes, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Carlos Eduardo  
15 Ferreira Pinto, da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais (PGJ); Marco Túlio  
16 Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
17 Renováveis (Ibama); Junio Magela Alexandre, da Comissão de Meio Ambiente e  
18 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais –  
19 representantes do poder público; José Luis de Magalhães Neto, da Associação Comercial  
20 e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação  
21 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Alberto José Salum, da  
22 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Wagner Soares Costa /  
23 Paula Meireles Aguiar, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Eduardo  
24 Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do  
25 Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de  
26 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de  
27 Minas Gerais (CMI); Célia Regina Alves Rennó, da Associação Brasileira de Engenharia  
28 Sanitária e Ambiental (Abes); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do  
29 Ambiente (Amda); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Fernanda  
30 Carla Wasner Vasconcelos, do Centro Universitário Una; Miguel Ângelo Andrade, da  
31 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de  
32 Carvalho, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);  
33 Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Tarcísio Walter  
34 Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais  
35 (Assemg) – representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
36 **HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O

37 presidente Alceu José Torres Marques declarou aberta a 162ª reunião do Plenário do  
38 Conselho Estadual de Política Ambiental e manifestou satisfação em comunicar que,  
39 “dentre as ações para modernizar e dar maior eficiência ao Sistema Ambiental do Estado,  
40 o governador Alberto Pinto Coelho irá encaminhar à Assembleia Legislativa, nesta data,  
41 um Projeto de Lei que cria a Agência Estadual de Águas de Minas Gerais, que muda,  
42 basicamente, a capacidade do órgão para executar as medidas necessárias para uma boa  
43 gestão das águas”. Informou ainda que o projeto será levado ao conhecimento dos  
44 conselheiros assim que for encaminhado oficialmente à Assembleia. O conselheiro  
45 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento manifestou sua posição no sentido de que  
46 proposta de tal magnitude deveria ter sido discutida primeiramente com os Comitês de  
47 Bacia e o Conselho Estadual, antes de ser levada para tramitação no Legislativo. “Depois  
48 de 12 anos no governo, encaminhar um projeto criando uma Agência de Águas em  
49 dezembro, sem discutir com os Comitês de Bacia e o Conselho Estadual, a meu juízo –  
50 não conheço a proposta e não estou entrando no mérito –, o momento não é o mais  
51 adequado. É uma medida claramente de política ambiental, então eu acho que teria que ser  
52 discutida antes nos fóruns da política ambiental.” **3) COMUNICADOS DOS**  
53 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** A conselheira Maria Dalce Ricas  
54 comentou sobre a derrubada de veto do governador, pela Assembleia Legislativa, à  
55 modificação da Estação Ecológica de Arêdes. “No famoso apagar das luzes, nós tivemos  
56 mais um retrocesso, e esperamos que o Ministério Público argua inconstitucionalidade e  
57 consiga derrubar a lei.” Comunicou ainda que a Amda recebeu denúncia de que os  
58 guarda-parques contratados não receberam salários de novembro e 13º salários, porque  
59 não foi feito o repasse do recurso à empresa, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). O  
60 diretor-geral do IEF, Bertholdino Apolônio Teixeira Junior, informou que foi feito o  
61 empenho, nesta data, e que o dinheiro será depositado na conta da empresa até a próxima  
62 sexta-feira. Respondendo também questionamento da conselheira Maria Dalce Ricas  
63 sobre o corte de fornecimento de combustível para ações de gestão nas Unidades de  
64 Conservação em Minas Gerais, o diretor-geral do IEF justificou que houve “problema no  
65 contrato de fornecimento”, mas que foi resolvido e que os veículos já estão sendo  
66 abastecidos nos batalhões das Polícias Militares e ainda por meio de um convênio com o  
67 Departamento de Estradas de Rodagem (DER). “Para os parques que não possuem posto  
68 de combustível na localidade, estão sendo finalizados contratos para retomar os cartões  
69 para os parques distantes, com previsão de estarem prontos na primeira quinzena de  
70 janeiro. São os cartões para as Unidades de Conservação que não possuem posto de  
71 combustível perto.” O presidente Alceu José Torres Marques informou que foram abertos  
72 à visitação mais dois grandes parques florestais no Estado: o Parque do Limoeiro e o  
73 Parque do Pau Furado. A conselheira Paula Meireles Aguiar registrou elogios pelo  
74 lançamento do Guia de Parques, pelo Ministério Público, e parabenizou os envolvidos,  
75 destacando que são apresentadas “várias informações importantes, tanto para turistas  
76 quanto para quem atua no meio”. A conselheira Inês Tourino Teixeira destacou que o  
77 Guia de Parques recém-lançado é fruto de parceria entre o Ministério Público, o IEF e a  
78 Editora Horizonte, “que é uma parceira antiga da Secretaria da Educação”. Comentou

79 ainda sobre a possibilidade de criação de um projeto, por essa mesma editora, nas regiões  
80 do Jequitinhonha e do Mucuri, com capacitação, envolvendo os temas mata atlântica e  
81 água. **4) EXAME DA ATA DA 161ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada  
82 por unanimidade a ata da 161ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política  
83 Ambiental, realizada em 10 de julho de 2014. **5) DADOS DAS FISCALIZAÇÕES**  
84 **REALIZADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
85 **(PMMG) EM 2013, REFERENTES ÀS AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DE**  
86 **VEGETAÇÃO NATIVA. Apresentação: PMMG e Subsecretaria de Controle e**  
87 **Fiscalização Ambiental Integrada (Sucfis), da SEMAD.** O conselheiro Armando  
88 Leonardo Linhares Araújo Ferreira Silva fez apresentação de relatório de atividades  
89 desenvolvidas pela Polícia Militar na área de meio ambiente, relativas ao ano de 2014, até  
90 o mês de novembro, incluindo um comparativo com as ações realizadas no exercício de  
91 2013. Em seguida, prestou esclarecimentos solicitados pelos conselheiros sobre os dados  
92 apresentados. **6) AÇÕES DO PREVINCÊNDIO / ESTRUTURA E BALANÇO DE**  
93 **OCORRÊNCIAS. Apresentação: Sucfis. Rodrigo Bueno Belo, da Sucfis,** apresentou as  
94 ações realizadas em 2014 pelo Previncêndio, bem como um balanço das ocorrências  
95 atendidas no período em todo o Estado de Minas Gerais. Após a exposição, foram  
96 esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros. A conselheira Maria Dalce Ricas  
97 comentou sobre as “deficiências de estrutura”, como falta de veículos e equipamentos  
98 adequados e condições de trabalho, verificadas para o trabalho de prevenção e combate a  
99 incêndios no Estado. Considerou que “a tendência é que a situação se agrave, o que  
100 demanda aprimoramento e avanço na infraestrutura de prevenção de incêndios”. A  
101 conselheira protestou em relação à atuação do poder público municipal, considerando  
102 haver “omissão absoluta e vergonhosa das prefeituras, que recebem o ICMS Ecológico  
103 pelas Unidades de Conservação e não ajudam no combate a incêndio”, e destacou “o  
104 papel importante das brigadas voluntárias e profissionais”, cujo trabalho considerou que  
105 foi fundamental para o combate aos incêndios neste ano. E registrou ainda: “Eu acho que  
106 a prevenção tem que ser mais bem pensada, inclusive com o envolvimento de outros  
107 órgãos, como Emater, IMA, Polícia Rodoviária, Secretaria de Educação e outros setores  
108 da sociedade. Outro fator também é que, apesar do quadro cruel que tivemos em 2014, é  
109 impressionante o aumento do interesse da sociedade em relação aos incêndios. Nós vimos  
110 surgir voluntários do nada, pessoas preparadas para apagar fogo. O número de denúncias  
111 aumentou, e as nossas brigadas não davam conta de atender nem a metade da demanda.  
112 Então a população estava realmente preocupada. E, finalmente, eu queria lembrar que  
113 deveria fazer parte da apresentação a criação do Batalhão do Corpo de Bombeiros, que,  
114 apesar de não ser o único objetivo dele, sem dúvida vem somar e atender antiga  
115 reivindicação dos setores ambientalistas. A Amda, com o apoio de dezenas de entidades e  
116 organizações não governamentais, enviou ao governador eleito Fernando Pimentel uma  
117 moção para a permanência do Rodrigo Belo na coordenação do Previncêndio. O Estado  
118 não vai encontrar outra pessoa mais competente do que ele para levar esse trabalho à  
119 frente. Eu queria propor uma moção deste Plenário para a permanência do Rodrigo Belo  
120 na coordenação do Previncêndio e propor uma moção de congratulação aos gerentes de

121 Unidades de Conservação do IEF, que são verdadeiros heróis, pelo que fizeram.” O  
122 conselheiro Miguel Ângelo Andrade defendeu a “efetividade das Unidades de  
123 Conservação quanto à regularização fundiária” e a “priorização do Cadastro Ambiental  
124 Rural (CAR)” no entorno imediato dessas unidades. “Quando se tem apoio a essas  
125 unidades, o fogo diminui efetivamente”, destacou. O conselheiro ressaltou ainda a  
126 necessidade de um trabalho conjunto e interdisciplinar e apresentou as seguintes  
127 sugestões a serem consideradas nas próximas exposições: “Talvez seja interessante que se  
128 pense em uma coluna para verificarmos, de fato, a situação atual dessas Unidades de  
129 Conservação em relação à regularização. É um dado histórico que já podemos traçar, se  
130 esse fogo está ocorrendo mais ou menos nessas Unidades de Conservação onde não tem  
131 regularização e implementação. Como ferramenta eficiente, o CAR deveria apoiar essas  
132 comunidades, para verificarmos se dará uma resposta à diminuição dos incêndios. Fica a  
133 sugestão para o Conselho.” Moções aprovadas pelo COPAM. O Plenário do Conselho  
134 Estadual de Política Ambiental aprovou, por unanimidade, nesta sessão, as seguintes  
135 moções, com abstenção do conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: 1)  
136 Moção de apoio à permanência de Rodrigo Belo na coordenação do Previncêndio, a ser  
137 dirigida ao governador eleito, Fernando Pimentel – Os conselheiros do COPAM presentes  
138 na reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2014 apoiam e propõem a permanência de  
139 Rodrigo Belo na coordenação do Previncêndio, justificada por sua competência e  
140 dedicação emocional à frente do mesmo.” 2) “Os conselheiros do COPAM presentes na  
141 reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2014 expressam respeito, congratulação e  
142 agradecimento ao empenho e heroísmo dos gerentes e equipes das Unidades de  
143 Conservação estaduais.” 7) **PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO**  
144 **DESMATAMENTO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA. Apresentação: Sucfis.**  
145 Marcelo Fonseca, da Sucfis, fez apresentação do Plano de Prevenção e Combate ao  
146 Desmatamento da Mata Atlântica. Após a exposição, foram esclarecidos pontos  
147 ressaltados pelos conselheiros e registrados os seguintes destaques: Conselheiro Paulo  
148 Afonso Romano: “A nossa cultura sempre prioriza a fiscalização, mesmo quando diz que,  
149 entre prevenção e combate, os dois são igualmente importantes. A palavra que o secretário  
150 Alceu estabeleceu na sua gestão é ‘efetividade’. No fundo, é conservar, preservar e,  
151 quando possível, recuperar a mata atlântica. Eu vou comentar da mata atlântica que entra  
152 na estatística de Minas como Estado campeão do desmatamento, que é a mata seca. Uma  
153 contribuição que a Secretaria de Agricultura deu e que já foi passada para a SEMAD é um  
154 estudo profundo através do Polo de Excelência em Florestas, sediado em Viçosa, mas com  
155 contribuição do pessoal de Lavras, da Unimontes, da UFMG, e que mostra a realidade  
156 atual muito bem analisada, com o que há de melhor do nosso conhecimento acadêmico.  
157 Mostra, sobretudo, alguns pontos de uma nobreza extrema, única, inclusive na região do  
158 Semiárido, no Norte de Minas. Se não entrar uma proposta dessa como prioridade, não  
159 teremos efetividade. Eu sugiro acrescentar essa busca de se conhecer o que está posto e  
160 preservar o que vale a pena ser preservado, com toda a força política e de lei,  
161 prioritariamente, acima da própria fiscalização.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Eu  
162 quero agradecer a parceria que os setores da fiscalização e da mineração têm feito, as

163 parcerias na área de fiscalização. Reiteramos a nossa disponibilidade e o interesse e  
164 parabenizamos pelo trabalho. Como sugestão, a Fiemg, através do Programa Minas  
165 Sustentável, tem trabalhado, junto com uma ONG, na elaboração de um manual de  
166 capacitação dos municípios, e a SEMAD está participando. É interessante colocar essas  
167 informações, que estão bem detalhadas no Plano da Mata Atlântica.” Em função do prazo  
168 para discussão do tema nesta sessão, a conselheira Maria Dalce Ricas informou que irá  
169 encaminhar à SEMAD as suas considerações pontuais e questionamentos acerca do plano  
170 apresentado e registrou as seguintes solicitações: “Que seja apresentado o detalhamento  
171 de cada ação proposta no plano, com a respectiva previsão orçamentária. Que seja  
172 informada a destinação das áreas desmatadas, considerando que não há a possibilidade de  
173 uso alternativo do solo em áreas de mata atlântica.” Conselheiro Miguel Ângelo Andrade:  
174 “Eu queria reforçar que nós temos recursos garantidos, como exemplos os recursos do  
175 Fhidro, do fomento, da regularização e normatização, e só estamos vendo os resultados da  
176 fiscalização. Há o esforço, mas isso é eficiente? De forma alguma. Tanto que o resultado é  
177 claro. Eu queria perceber, de forma muito explícita e pública, o nível do planejamento, os  
178 critérios, a não execução. Porque eu acho que tem que entrar também, de forma pública, o  
179 que não foi executado e por que não foi executado. Porque esse recurso está sendo  
180 represado, ele pode ser, o que não garante nada; e, por outro lado, nós temos recursos  
181 destinados à conservação que não estão sendo investidos. Não tem medida de  
182 planejamento de longo prazo. Estamos falando de 2017. Uma previsão de longo prazo,  
183 com previsão bem efetiva, isso eu não estou percebendo no relatório.” Marcelo da  
184 Fonseca: “A força-tarefa não se encerrou com a finalização do plano, ela continua  
185 existindo e se reunindo, periodicamente. Estamos produzindo relatório das ações  
186 desenvolvidas em 2014. Cada uma das entidades que participam da força-tarefa está  
187 fazendo o levantamento do que efetivamente foi executado em 2014, e iremos finalizar  
188 esse relatório e repassar à nova gestão, com o que foi executado e o que deve ser  
189 executado nos próximos anos.” Presidente Alceu José Torres Marques: “Muito  
190 provavelmente Minas Gerais vai continuar sendo o primeiro Estado em desmatamento.  
191 Sem querer minimizar os efeitos das pesquisas, Minas Gerais é o único Estado em que  
192 ainda temos mata atlântica disponível, sobretudo se consideramos a mata seca pelo que  
193 está na lei. Por característica, é uma área distribuída de Extrema a Salto da Divisa, tem  
194 toda uma extensão territorial que, na questão de combate ao desmatamento, realmente  
195 dificulta, ao contrário de outros Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, em que a mata  
196 atlântica é toda concentrada e de fácil fiscalização. E temos que considerar que, de todos  
197 os Estados, relativamente, Minas foi o que menos desmatou, e hoje até houve uma  
198 redução do desmatamento. No valor absoluto, certamente, vamos continuar em primeiro  
199 lugar em desmatamento, salvo se Bahia e Piauí fizerem um grande esforço e desmatarem  
200 com bastante voracidade. Essas medidas que foram adotadas reduziram o desmatamento, e  
201 Minas é o único Estado em que o desmatamento foi negativo.” **8) SITUAÇÃO DAS**  
202 **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.**  
203 **Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** A equipe do Instituto Estadual de  
204 Florestas fez apresentação sobre a situação das Unidades de Conservação no Estado de

205 Minas Gerais, com destaque para a exposição de um modelo de gestão por meio de  
206 parceria público-privada (PPP). Foi apresentado o modelo de PPP, que faz parte do  
207 projeto estruturador Rota das Grutas de Peter Lund. Cecília Fernandes Vilhena, gerente de  
208 Unidades de Conservação, destacou que se trata de “um modelo de gestão inovador que  
209 está sendo proposto para gerenciar as Unidades de Conservação contempladas nessa rota”  
210 e que a proposta “vai além das Unidades de Conservação, mas pretende desenvolver um  
211 roteiro turístico na região cárstica, pautado em elementos naturais e culturais”. De acordo  
212 com a apresentação, o projeto envolve as Unidades de Conservação Parque Estadual do  
213 Sumidouro, em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo; Monumento Natural Gruta Rei do Mato,  
214 em Sete Lagoas; e Monumento Natural Peter Lund, em Cordisburgo, “que abrange  
215 também as principais cavernas turísticas do Estado, de grande relevância em nível  
216 nacional”. O diretor-geral do IEF, Bertholdino Apolônio Teixeira Junior, destacou: “Foi  
217 criada Resolução Conjunta SEMA/IEF para fazer o diagnóstico das Unidades de  
218 Conservação e projetos futuros, e iremos apresentar esse trabalho na CPB (Câmara de  
219 Proteção à Biodiversidade), na sexta-feira, para avaliar o trabalho, para depois passar nas  
220 outras instâncias do COPAM”. Registrou ainda que foi distribuído aos conselheiros o  
221 Guia de Unidades de Conservação em Minas Gerais, que “incentiva o conhecimento e a  
222 visitação às unidades”. A conselheira Maria Dalce Ricas cobrou a apresentação de  
223 modelos de gestão de parques, que, segundo a representante da Amda, foi prometida pelo  
224 IEF em reunião anterior, e considerou o projeto da Rota Lund “muito mais econômico do  
225 que ambiental”. Reforçou a necessidade de apresentação de, “pelo menos, um plano de  
226 gestão das Unidades de Conservação”. “Sem desmerecer o projeto apresentado da Rota  
227 Lund, eu esperava um modelo de gestão de parques, que tipo de benefício vai ser dado à  
228 empresa ‘x’ que resolver adotar, por exemplo, a gestão de um parque etc. Para mim,  
229 turismo em parques é para cumprir objetivo de educação ambiental, o envolvimento da  
230 sociedade e gerar rendas para os parques. Não concordo que seja gerar riqueza para o  
231 país”. A conselheira questionou ainda a quem caberá administrar os recursos arrecadados  
232 com a Rota Lund. O diretor-geral do IEF, Bertholdino Apolônio Teixeira Junior, informou  
233 que o projeto da Rota Lund foi apresentado como exemplo de alternativa e ressaltou que  
234 “existem várias alternativas de concessão, inclusive de mudança na legislação, para que  
235 boa parte do recurso seja fixado na Unidade de Conservação”. Informou ainda que essa  
236 proposta completa será apresentada, primeiramente, à CPB, antes de ser submetida ao  
237 COPAM. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento cobrou que as questões  
238 relativas a orçamento sejam propostas para serem discutidas amplamente pelo novo  
239 governo, em especial quanto aos recursos do Bolsa Verde. Destacou ainda: “Sem deixar  
240 de lembrar que 340 mil de hectares em Unidades de Conservação não estão regularizados.  
241 E não é um problema só de Minas Gerais. Então a parceria público-privada me parece que  
242 é mais uma necessidade. Eu acho que o pior cenário são a falta de regularização fundiária  
243 e a impossibilidade de se abrir o parque à visitação e a outras finalidades.” O conselheiro  
244 Miguel Ângelo Andrade parabenizou a equipe do IEF pela proposta apresentada e  
245 destacou como fundamental a apresentação de uma proposta “que tenha indicadores  
246 detalhados”. “Sou otimista com essa proposta, pela função que ela traz de a Unidade de

247 Conservação ser vista como empreendimento de uso público, que gera divisas, fomento.  
248 Queria parabenizar também pela publicação e sugerir que, na segunda edição, incluam  
249 outras áreas protegidas, a exemplo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. E  
250 provocar que os próximos modelos sejam garantidos dentro de uma perspectiva de  
251 mosaico. Tem que ir além das unidades estaduais. Biodiversidade também gera divisas e  
252 também é importante para o nosso cenário econômico.” **9) FORMULAÇÃO DE**  
253 **PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL / GT**  
254 **REGULARIZAÇÃO. Apresentação: SEMAD.** A equipe da SEMAD apresentou a  
255 proposta de modernização do sistema de regularização ambiental no Estado de Minas  
256 Gerais, resultado das discussões do Grupo de Trabalho criado no âmbito do Sistema  
257 Estadual de Meio Ambiente para tal finalidade. Após as exposições, esclarecimentos de  
258 pontos destacados pelos conselheiros e debates, o Plenário do Conselho Estadual de  
259 Política Ambiental aprovou por unanimidade as metodologias apresentadas, com a  
260 seguinte manifestação: “Que seja dada continuidade ao Grupo de Trabalho para monitorar  
261 a revisão normativa proposta, para que seja levada, para discussão e deliberação, à  
262 Câmara Normativa e Recursal (CNR) e às Câmaras Temáticas do COPAM, nos prazos  
263 estipulados. A proposta foi aprovada ainda com as recomendações registradas pelos  
264 conselheiros nesta sessão: – A conselheira Paula Meireles Aguiar recomendou a melhoria  
265 das escalas utilizadas, considerou que a ferramenta apresentada é “fundamental”, mas  
266 avaliou que “o ganho é utilizar informações atualizadas em escala melhor que as do  
267 Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)”. – O conselheiro João Carlos de Melo  
268 recomendou a realização de um levantamento de outras ferramentas disponíveis, para  
269 aprimoramento da base de dados, e a participação de entidades da iniciativa privada no  
270 Grupo de Trabalho. – O conselheiro Miguel Ângelo Andrade recomendou que o ZEE e o  
271 Mapa da Biodiversidade sejam utilizados como “ferramentas de informação, mas,  
272 sobretudo, de tomada de decisão e de comunicação com a sociedade”. “Falar do processo  
273 de regulamentação, que o processo de licenciamento não se encerra no licenciamento.  
274 Então incluir dois itens para o GT levar em conta, para criar o fluxograma da TI:  
275 comunicação/sociedade e monitoramento.” **10) INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA**  
276 **COMPOR A COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E**  
277 **RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS COM PRODUTOS**  
278 **PERIGOSOS (P2R2 Minas). DECRETO ESTADUAL N.º 45.231/2009.**  
279 **Apresentação: Sucfis.** O Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental aprovou  
280 por unanimidade as indicações do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), como  
281 representante do setor produtivo, e da Associação Mineira do Ambiente (Amda), do setor  
282 das organizações civis ambientalistas, para comporem a Comissão Estadual de Prevenção,  
283 Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2  
284 Minas). **11) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E SITUAÇÃO DOS**  
285 **RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS. Marília Carvalho de Melo, diretora-**  
286 **geral do IGAM.** Item retirado de pauta. **12) PLANO DE ENERGIA E MUDANÇAS**  
287 **CLIMÁTICAS DE MINAS GERAIS. Apresentação: FEAM.** Item retirado de pauta.  
288 **13) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO**

289 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM) PARA O ANO**  
290 **DE 2015. Apresentação: SEMAD.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões  
291 do Plenário do COPAM para 2015, nos termos apresentados pela Secretaria Executiva,  
292 com previsão das seguintes datas: 18 de março, 17 de junho, 16 de setembro e 9 de  
293 dezembro. **14) INFORMES. 14.1) Status do Cadastro Ambiental Rural (CAR)** . Item  
294 retirado de pauta. **14.2) Decreto de regulamentação da Lei 20.922/2013.** Item retirado  
295 de pauta. **14.3) Parceria público-privada para a gestão das Unidades de Conservação.**  
296 Foi feita apresentação, pelo Instituto Estadual de Florestas, conforme relatado no item 8  
297 desta ata. **14.4) Resultado do Grupo de Trabalho sobre Terras Devolutas.** Item  
298 retirado de pauta. **14.5) Loteamentos em torno dos parques estaduais Brigadeiro, Rola**  
299 **Moça e Rio Doce.** Item retirado de pauta. **ENCERRAMENTO.** Em seguida, não  
300 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Alceu José Torres Marques  
301 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

302  
303 **APROVAÇÃO DA ATA**  
304

---

305  
306 **Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz**